

Ofício Sindsep-DF nº 94/2025

Brasília-DF, 29 de maio de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Gabinete da Presidência da República
Palácio do Planalto

Com cópia:
A sua Excelência a Senhora
Esther Dweck
Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Assunto: reivindicações emergenciais dos trabalhadores do Executivo Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), entidade sindical legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.576/0001-08, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, Edifício Seguradoras, 16º e 17º andares, CEP: 70.093-900, representado neste ato por seu Secretário-Geral, Oton Pereira Neves, vem, respeitosamente, reiterar as demandas dos servidores e empregados públicos federais e solicitar o devido encaminhamento.

Como deve ser de conhecimento de Vossa Excelência, no dia 26 de fevereiro de 2025, em ato organizado pelo Sindsep-DF, o Gabinete da Presidência da República recebeu uma carta aberta direcionada à Vossa Excelência. A carta, que colheu mais de seis mil assinaturas de servidores e empregados públicos, expõe a forma equivocada com o que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) vem conduzindo a política salarial do funcionalismo público, que tem aprofundado as distorções salariais e promovido a fragmentação e a elitização no serviço público, causando divisão entre os servidores federais e frustração para a grande maioria que compõe a base do funcionalismo.

O documento também traz as seguintes reivindicações essenciais:

- Regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, garantindo o direito de negociação coletiva e greve no serviço público;
- Realização de concursos públicos para todos os níveis de escolaridade, com equiparação salarial para funções equivalentes, visando reduzir a terceirização e fortalecer o quadro permanente;
- Combate à elitização do Estado, assegurando um serviço público diverso, inclusivo e representativo da sociedade brasileira;
- Audiência com Vossa Excelência para apresentação de propostas de Diretrizes para os Planos de Carreira.

Infelizmente, até a presente data, não obtivemos resposta, o que tem gerado grande insatisfação entre os trabalhadores do Executivo Federal. Em assembleia geral realizada em 13/05/2025, a categoria aprovou uma pauta unificada de reivindicações, que detalhamos a seguir:

AUMENTO SALARIAL E EQUIPARAÇÃO

Reajuste para as carreiras do PGPE, PST, PECs e planos correlatos, que representam cerca de 70% da força de trabalho do funcionalismo federal, garantindo equiparação com carreiras de atribuições semelhantes criadas recentemente.

MELHORIAS NOS BENEFÍCIOS

Equiparação de benefícios entre os trabalhadores do Executivo, Legislativo e Judiciário (auxílio-alimentação, per capita dos planos de saúde etc.);

Aprovação do PL 5.489/2023 (assistência à saúde integral dos intoxicados da SUCAM e Funasa);

Criação do Auxílio-Nutrição para aposentados e pensionistas;

Implementação do programa "Desenrola Servidor".

NÃO AO CONFISCO DAS APOSENTADORIAS

Revogação da contribuição extraordinária da EC 103/2019, de autoria do governo Bolsonaro, que onera aposentados e pensionistas.

REPARAÇÃO DAS INJUSTIÇAS IMPOSTAS A SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS

Retorno dos demitidos do governo Collor e reabertura do prazo para reintegração ao serviço público;

Anistia aos servidores e empregados públicos que foram obrigados a aderir ao PDV do governo FHC.

DEFESA DO REGIME JURÍDICO ÚNICO (RJU)

Oposição à flexibilização das formas de contratação no serviço público, como CLT, contratos temporários, bolsas e outras formas de terceirização, assegurando a estabilidade e os direitos constitucionais.

REGULAMENTAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Urgência na regulamentação da Convenção 151 da OIT. Apesar da assinatura em 2010 e da aprovação por centrais sindicais e negociadores do governo, o projeto permanece paralisado na esfera governamental.

REVOGAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS

Fim da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), da Reforma Previdenciária (EC 103/2019) e da Lei das Terceirizações Ilimitadas (Lei 13.429/2017).

FIM DA ESCALA 6X1

Pela aprovação de projeto que extingue essa jornada exaustiva, garantindo qualidade de vida aos trabalhadores.

REJEIÇÃO À PEC 65/2023 (PRIVATIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL)

Oposição à proposta que desvincula o BC da administração federal, favorecendo o setor financeiro.

Diante do exposto, solicitamos, com o devido respeito, que Vossa Excelência:

- a) Receba audiência com as entidades representativas dos trabalhadores do Executivo Federal para discutir essas demandas;
- b) Dê encaminhamento urgente às reivindicações apresentadas, em especial à regulamentação da Convenção 151 da OIT;
- c) Posicione-se publicamente sobre os temas, demonstrando, mais uma vez, compromisso com os trabalhadores do serviço público.

A categoria confia na sensibilidade e no compromisso histórico de Vossa Excelência com os trabalhadores e com um serviço público de qualidade para todo o povo brasileiro.

Respeitosamente,


Oton Pereira Neves

Secretário-geral do Sindsep-DF